TRANSIÇÕES EDUCACIONAIS E ETÁRIAS E SEUS REFLEXOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Fernando de Holanda Barbosa Filho
Paulo Peruchetti
Janaína Feijó
Daniel Duque

1. Introdução

A taxa de desemprego é um dos principais indicadores para compreender a dinâmica do mercado de trabalho, pois reflete não apenas o grau de inserção da população na economia, mas também a saúde geral da atividade produtiva do país. Ao acompanhar sua evolução ao longo do tempo, é possível identificar períodos de expansão ou retração econômica, além de avaliar os efeitos de políticas públicas, crises e mudanças estruturais sobre a empregabilidade.

Nos últimos anos a taxa de desemprego tem caído de forma consistente no Brasil. Diversos fatores podem ter contribuído para essa redução. Umas das hipóteses para explicar esse movimento está associada a reforma trabalhista, que, segundo estimativas de Ottoni & Barreira (2021), pode ter reduzido a taxa de desemprego entre 1,2 e 3,5 pontos percentuais.[1] Além disso, Corbi et. al. (2022) evidenciam que a diminuição dos incentivos para a judicialização após a reforma de 2017 levou a uma queda expressiva no número de processos na Justiça do Trabalho nos dois anos após a aprovação. Suas estimativas indicam uma queda de 1,7 ponto percentual na taxa de desemprego.[2]

A elevação dos valores pagos pelo Programa Bolsa Família constitui outro fator potencial de redução da taxa de desemprego, em razão ao suposto estímulo a saída do mercado de trabalho que o programa teria provocado. Além destes fatores, é relevante considerar também os impactos da melhoria educacional e da transição demográfica.

Conjuntamente com a queda da taxa de desemprego, tem ocorrido um aumento no número de pessoas ocupadas e elevação da remuneração média do trabalho, caracterizando um mercado de trabalho aquecido. Tais condições, em princípio, poderiam gerar pressões inflacionárias mais intensas. No entanto, os efeitos desse aquecimento têm se manifestado de forma mais moderada do que o esperado.

Neste contexto, o objetivo deste estudo é avaliar os efeitos da melhora educacional e da transição demográfica sobre variáveis importantes do mercado de trabalho, como a taxa de desemprego, a taxa de participação, o nível de ocupação e o rendimento do trabalho. Essa análise visa contribuir para um maior entendimento sobre o "real grau" de aquecimento da economia.

Para tanto, foram realizados exercícios contrafactuais que fixam a composição educacional, a composição etária e a interação entre ambas em 2016 - ano anterior à reforma trabalhista. Dessa forma, torna-se possível estimar como estariam o desemprego, a escolaridade média, a taxa de

[1] Para mais detalhes acesse: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/11855
[2] Para mais detalhes acesse: https://www.dropbox.com/scl/fi/0xa2cg6e1h8j8kespgwis/SSRN-id4121304.pdf?rlkey=u92nq4jxatybe75cv645urok9&e=1&dl=0

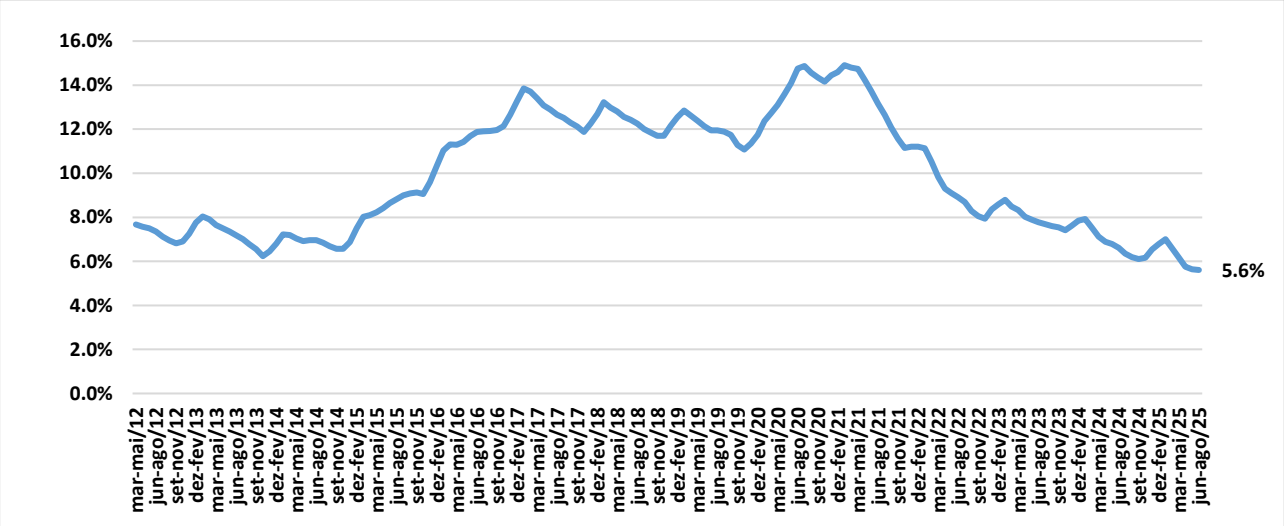
participação e a renda, caso não tivesse ocorrido uma melhora na composição educacional nem o processo de envelhecimento da população. Por último, comparamos a evolução da produtividade do trabalho no Brasil com a evolução da renda real contrafactual (com a composição educacional e etária fixas) desde 2019. A análise conjunta dos exercícios possibilita a conclusão de que o mercado de trabalho doméstico ainda não encontra-se acima do pleno emprego.

2. Evolução dos Principais Indicadores do Mercado de Trabalho

De acordo com a Figura 1, a trajetória da taxa de desemprego entre 2012 e 2025 registrou oscilações marcantes. Após relativa estabilidade até 2014, o índice passou a subir fortemente, alcançando picos históricos durante a crise econômica 2015-2016 e, sobretudo, durante a pandemia de Covid-19, quando atingiu quase 15% em meados de 2021. A partir desse ponto, iniciou-se um movimento de queda gradual, refletindo a recuperação do mercado de trabalho. No trimestre móvel encerrado em agosto de 2025, o desemprego atingiu 5,6%, o menor nível da série, sinalizando avanços na absorção de mão de obra e maior dinamismo econômico.

A queda sistemática da taxa de desemprego nos últimos trimestres sinaliza um mercado de trabalho aquecido, em que as empresas demandam mais trabalhadores, ampliando as oportunidades e fortalecendo a renda das famílias, e mostra a forte resiliência do mercado de trabalho doméstico.

Figura 1: Evolução da Taxa de Desemprego



Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

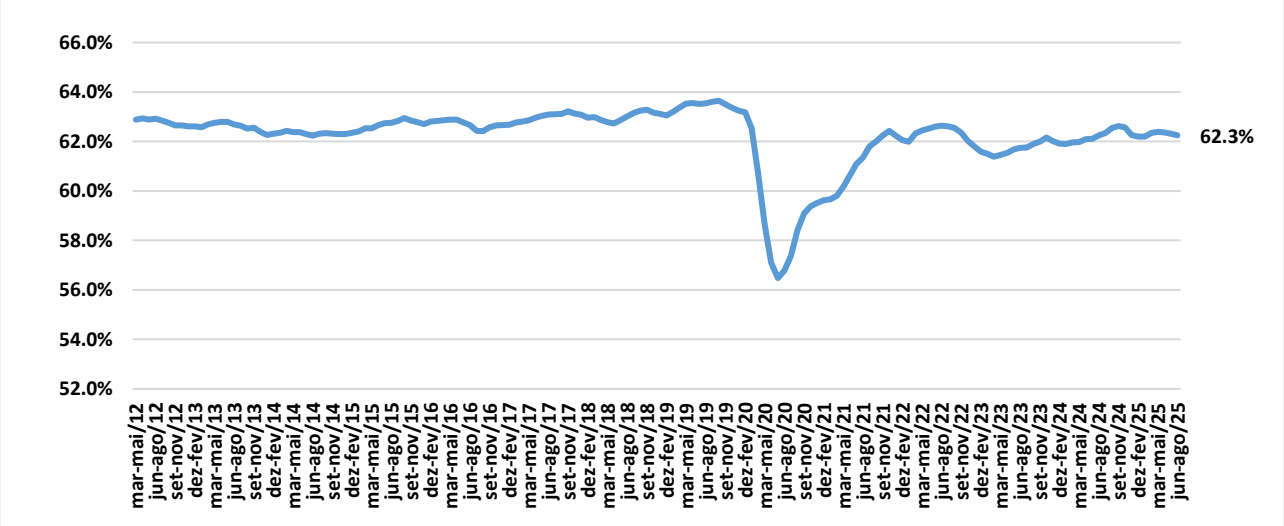
Parte da queda na taxa de desemprego pode estar relacionada a redução da taxa de participação. E este movimento pode ter ocorrido em razão da expansão do pagamento do programa Bolsa Família[3].

[3]A queda na taxa de desemprego pode ocorrer porque a pessoa encontrou um emprego ou porque parou de procurar. Pessoas sem emprego e que não procuram trabalho saem da força de trabalho, reduzindo a taxa de desemprego. Para mais detalhes sobre o impacto do PBF no mercado de trabalho, ver: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/08ce2025_carta_do_ibre.pdf .

A Figura 2 mostra que entre o primeiro trimestre de 2012 e o quarto trimestre de 2019 a taxa de participação passou de 62,3% para 63,4%. No auge da crise sanitária, em meados de 2020, a taxa de participação caiu para 56,5%, o menor nível da série histórica.

Com a recuperação da atividade econômica, após a reabertura da economia, a taxa de participação voltou a apresentar forte crescimento, dando sinais de que retornaria ao nível pré-pandemia. No entanto, isso acabou não ocorrendo, tendo em vista que sua recuperação foi interrompida com a redução observada entre o terceiro trimestre de 2022 e o primeiro trimestre de 2023.

Figura 2: Evolução da Taxa de Participação

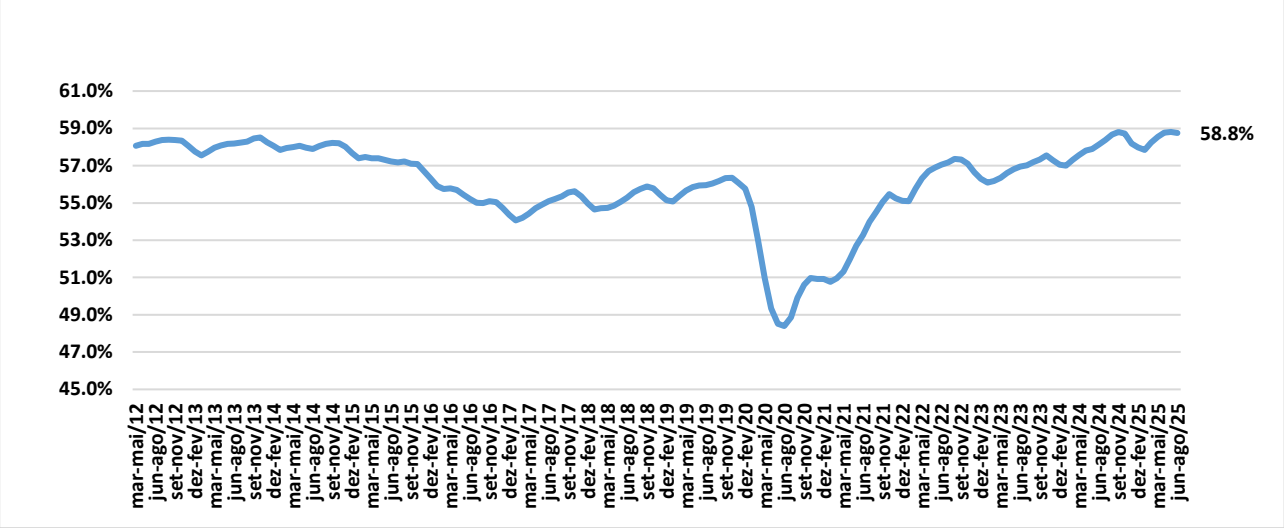


Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

Mesmo tendo voltado a crescer desde o início de 2023, no trimestre móvel encerrado em agosto de 2025 a taxa de participação estava em torno de 62,3%, abaixo do patamar pré-pandemia (quarto trimestre de 2019), que era de 63,4%.

Uma outra forma de mensurar o grau de aquecimento no mercado de trabalho, evitando as oscilações na taxa de desemprego em função de mudanças na taxa de participação, é através da razão entre a População Ocupada (PO) e a População em Idade Ativa (PIA), o que o IBGE chama de nível de ocupação. A Figura 3 mostra a evolução do nível de ocupação da economia brasileira desde o primeiro trimestre de 2012.

Figura 3: Evolução do Nível de Ocupação



Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

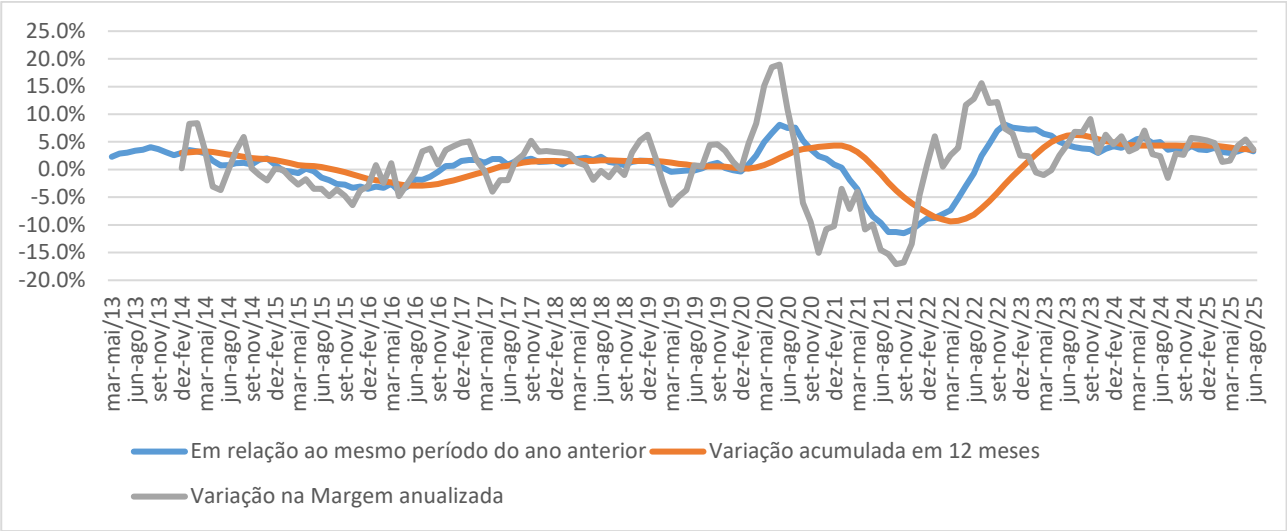
Nos anos de 2012 e 2013, o nível de ocupação da economia brasileira manteve-se em torno de 58%. A recessão de 2014-2016 provocou um forte impacto sobre esse indicador, que recuou para 54,1% no início de 2017. Superado esse período de queda, observou-se uma recuperação significativa, com o nível de ocupação atingindo aproximadamente 56,4% ao final de 2019.

Com a pandemia, houve nova retração no nível de ocupação, levando o indicador ao seu menor patamar em meados de 2020. Superada a fase mais aguda da crise sanitária, este indicador retomou a trajetória de crescimento consistente, alcançando, no trimestre móvel encerrado em agosto de 2025 cerca de 58,8%.

O bom desempenho do mercado de trabalho é corroborado pelos dados de rendimento do trabalho, que seguem em ritmo expansão acelerada. A Figura 4 apresenta a evolução da taxa de crescimento do rendimento real e indica que, no acumulado em doze meses, a taxa de crescimento permanece elevado, alcançando 3,6% ao ano. Esse resultado contrasta com o desempenho da produtividade do trabalho, cujo crescimento médio tem sido bem menor nas últimas décadas.[4]

Figura 4: Taxa de Crescimento do Rendimento Real

[4] Dados do Observatório da Produtividade Regis Bonelli mostram que o crescimento médio da produtividade por hora trabalhada entre 1981 e 2024 foi de apenas 0,6% a.a. Desde 2019, o crescimento da produtividade também tem sido muito baixo (apenas 0,3% a.a.). Para mais detalhes acesse: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/relatorio_anual_pt_-_2024_-_final.pdf.



Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

Os resultados apresentados até o momento evidenciam um mercado de trabalho aquecido, caracterizado por quedas consecutivas na taxa de desemprego, aumento do número de pessoas ocupadas e elevação dos níveis de remuneração. Tais condições, em princípio, poderiam gerar pressões inflacionárias mais intensas. No entanto, os efeitos desse aquecimento têm se manifestado de forma mais moderada do que o inicialmente esperado.

Além disso, no último ano, a elevação significativa da taxa de juros pelo Banco Central deveria ter produzido um desaquecimento da atividade econômica, com impactos no mercado de trabalho, o que não se verifica até o presente momento. Adicionalmente, há evidências recentes de forte expansão fiscal nos estados e municípios, o que contribui para sustentar o crescimento do PIB no ritmo atual[5].

3. Heterogeneidades de Escolaridade e Faixa Etária

Antes da apresentação dos exercícios contrafactuais, é necessário identificar alguns padrões relevantes para a análise. Os dados evidenciam uma melhoria na composição educacional tanto da População Economicamente Ativa (PEA) quanto da População em Idade Ativa (PIA), observada pelo aumento do peso relativo dos grupos de pessoas com maior nível de escolaridade ao longo do período analisado.

Verifica-se, ainda, uma relação monotônica entre a escolaridade e variáveis como taxa de participação, nível de ocupação e rendimento do trabalho: quanto maior o grau de instrução, mais elevados tendem a ser os valores dessas variáveis.

Tabela 1: Variáveis selecionadas por grau de instrução

[5] O efeito da elevação da taxa de juros sobre o nível de atividade tem sido, ao menos, parcialmente compensado pela expansão de gastos fiscais, com maior peso de estados e municípios em 2024, por exemplo. Para mais detalhes, ver: https://portalibre.fgv.br/system/files/2025-06/06ce2025-carta-do-ibre-3.pdf.

Data	Escolaridade	% PEA	% PIA	Taxa de Desemprego	Taxa de Participação	Nível de Ocupação	Renda
2016.I	Sem instrução e Fundamental Incompleto	27.6%	36.4%	9.3%	47.7%	43.3%	1677
	Fundamental Completo e Médio Incompleto	16.9%	18.6%	15.0%	57.1%	48.5%	1991
	Médio Completo e Superior Incompleto	38.8%	32.5%	12.7%	75.0%	65.5%	2588
	Superior Completo	16.7%	12.5%	5.9%	83.5%	78.6%	7334
2025.II	Sem instrução e Fundamental Incompleto	18.0%	28.0%	5.4%	40.1%	37.9%	1878
	Fundamental Completo e Médio Incompleto	13.3%	16.2%	7.9%	51.2%	47.2%	2121
	Médio Completo e Superior Incompleto	44.7%	37.8%	6.6%	73.8%	68.9%	2642
	Superior Completo	24.0%	18.0%	3.2%	83.1%	80.4%	6827

Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

Um resultado adicional merece destaque: diferentemente do padrão descrito acima, não se observa uma relação monotônica entre escolaridade e taxa desemprego. Neste caso, a melhora da composição educacional da força de trabalho não implica, necessariamente, em uma redução da taxa de desemprego. Os dados sugerem uma distribuição em formato de "U invertido", na qual os grupos com níveis extremos de escolaridade apresentam taxas de desemprego mais baixas do que aqueles situados em níveis intermediários.

A mesma análise pode ser feita sob a ótica dos diferentes grupos etários, tal como apresentado na Tabela 2. No que se refere à estrutura etária, os dados indicam um processo de envelhecimento tanto da PEA quanto da PIA. Isto pode ser observado a partir do ganho de peso relativo dos grupos de pessoas com mais de 40 anos. Observa-se, ainda, que quanto maior a idade do indivíduo, menor tende a ser a taxa de desemprego e maior o rendimento do trabalho.

Tabela 2: Variáveis selecionadas por faixa etária

Data	Idade	% PEA	% PIA	Taxa de Desemprego	Taxa de Participação	Nível de Ocupação	Renda
2016.I	14-17	2.8%	8.4%	38.2%	21.1%	13.0%	889
	18-24	16.0%	14.6%	23.6%	68.8%	52.6%	1707
	25-29	13.3%	10.4%	12.1%	80.5%	70.8%	2517
	30-39	27.0%	20.6%	8.6%	82.5%	75.4%	3255
	40-49	21.0%	16.6%	6.4%	79.3%	74.2%	3545
	50-59	14.2%	13.6%	5.0%	65.5%	62.2%	3826
	60+	5.7%	15.8%	3.4%	22.8%	22.1%	3830
2025.II	14-17	1.6%	6.8%	21.7%	14.6%	11.4%	998
	18-24	13.8%	12.3%	12.0%	69.9%	61.5%	1932
	25-29	12.2%	9.4%	6.6%	81.0%	75.6%	2966
	30-39	24.7%	18.7%	4.9%	82.6%	78.5%	3755
	40-49	23.7%	18.3%	4.1%	81.0%	77.7%	4063
	50-59	15.9%	14.4%	3.7%	68.7%	66.2%	3793
	60+	8.1%	20.2%	2.3%	25.2%	24.6%	3777

Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

Já no que diz respeito a relação entre idade e taxa de participação e idade e nível de ocupação podemos uma distribuição em formato de "U invertido", em que os grupos extremos (mais velhos e mais novos) possuem taxa de mais baixa que os grupos intermediários.

4. Resultados Contrafactuais

Nesta seção são apresentados os exercícios contrafactuais referentes aos indicadores de desemprego, taxa de participação, nível de ocupação e renda.[6] A análise consiste em comparar os valores efetivamente observados com aqueles que seriam verificados caso não tivesse ocorrido, a partir de 2016, a melhoria da composição educacional[7] e o envelhecimento populacional. Adicionalmente, é realizado um exercício em que se mantém constante a composição resultante da interação entre ambas as variáveis.

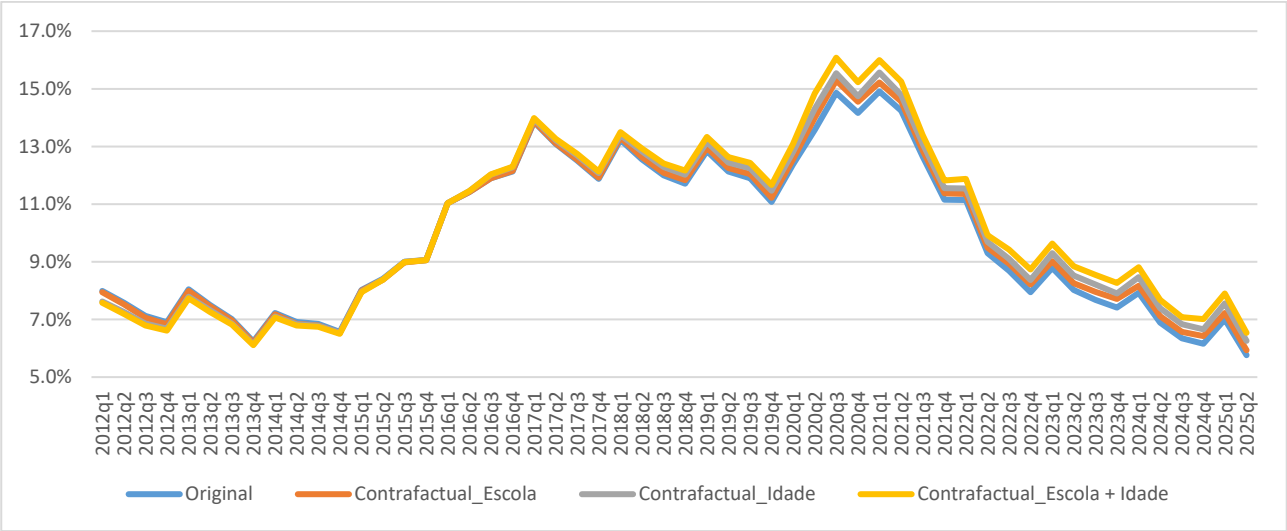
4.1 Exercício Contrafactual da Taxa de Desemprego

A Figura 5 apresenta quatro linhas. A linha azul representa a taxa de desemprego original, conforme divulgada na Pnad Contínua. A linha laranja indica a taxa estimada caso não houvesse alterações na composição educacional. A linha cinza mostra o resultado contrafactual na ausência de mudanças na composição etária. Por fim, a linha amarela apresenta a taxa de desemprego simulada sem modificações na composição conjunta de educação e idade.

Figura 5: Exercício contrafactual da taxa de desemprego

[6] Recentemente o Banco Central fez um exercício similar a este que foi publicado no Box do Relatório de Política Monetária. Os resultados apontaram que mudanças na composição da população em idade de trabalhar – em termos de sexo, escolaridade e faixa etária – impactaram positivamente a taxa de participação e o nível de ocupação, mas tiveram efeito mais limitado sobre a taxa de desocupação. Para mais detalhes acesse: https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202509/rpm202509b4p.pdf

[7] Para mais detalhes sobre os impactos da educação no mercado de trabalho, acesse: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/educacao_e_mercado_de_trabalho_03012022_-_final.pdf



Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

Os dados indicam que, no segundo trimestre de 2025, a taxa de desemprego oficial foi de 5,8%, enquanto o contrafactual, que mantém constante a composição educacional de 2016, alcançou 5,9%. Esse resultado sugere que a melhora educacional brasileira teve impacto limitado sobre a taxa de desemprego agregada, uma vez que o país ainda enfrentava os efeitos da transição educacional, marcada pelo aumento temporário do desemprego até a conclusão do ensino médio. Atualmente, com a maior proporção em níveis mais elevados de escolaridade, é provável que o mercado de trabalho entre na fase descendente da curva da taxa de desemprego. Isso tende a favorecer reduções adicionais da taxa de desemprego nos próximos anos.

Observa-se também que os mais jovens apresentam uma taxa de desemprego mais elevada em comparação aos trabalhadores de maior idade. Assim, a redução do peso relativo dos jovens no mercado de trabalho tende a exercer pressão adicional para a redução da taxa de desemprego. Esse efeito é evidenciado pela comparação entre o resultado efetivo do segundo trimestre de 2025 (5,8%) e o contrafactual com estrutura etária constante (6,3%). O valor mais elevado no contrafactual da idade, em relação ao contrafactual da educação, demonstra que o envelhecimento populacional teve impacto mais significativo na redução da taxa de desemprego.

Por fim, ao considerar simultaneamente as estruturas educacional e etária, o resultado se intensifica: a taxa de desemprego contrafactual com base na interação entre escolaridade e idade mantida em 2016 foi de 6,5%, ou seja, 0,7 ponto percentual acima do valor oficialmente divulgado.

Em síntese, os resultados mostram que a expressiva redução da taxa de desemprego está associada, em grande medida, à transformação da composição da força de trabalho, impulsionada tanto pela elevação do nível educacional quanto pelo efeito demográfico do envelhecimento populacional.

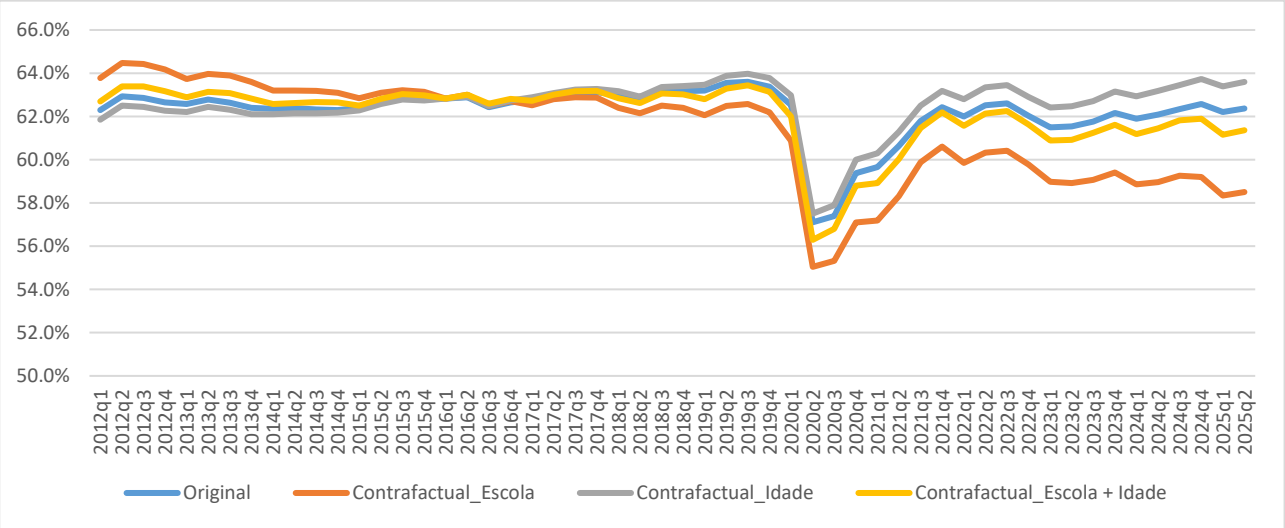
4.2 Exercício Contrafactual da Taxa de Participação

Nesta seção compara-se a taxa de participação divulgada pelo IBGE com aquelas estimadas a partir dos contrafactuais definidos na seção anterior. A Figura 6 apresenta os resultados da análise. A

melhora educacional da população brasileira, associada ao maior engajamento no mercado de trabalho entre indivíduos com escolaridade mais elevada, exerceu papel importante na dinâmica recente da taxa de participação. No segundo trimestre de 2025, a taxa oficial foi de 62,4%, enquanto o contrafactual que mantém constante a composição educacional de 2016 foi de 58,5%. Isso demonstra que, sem o avanço educacional, a taxa de participação seria significativamente menor do que a oficialmente divulgada.

Adicionalmente, o formato em "U invertido" da relação entre taxa de participação e idade — em que jovens e idosos apresentam menores índices de inserção que os grupos intermediários — contribui para explicar que na ausência do envelhecimento populacional, a taxa de participação alcançaria 63,6%, nível superior ao observado atualmente.

Figura 6: Exercício contrafactual da taxa de participação



Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

A interação entre as duas variáveis analisadas evidencia que, embora o envelhecimento populacional exerça efeito negativo na variação da taxa de participação, esse impacto foi mais do que compensado pelo efeito positivo da melhoria da composição educacional. Isto se confirma pelo fato de que a taxa de participação que mantem constante a composição gerada pela interação entre essas variáveis (61,4%) seria inferior a taxa observada originalmente.

4.3 Exercício Contrafactual do Nível de Ocupação

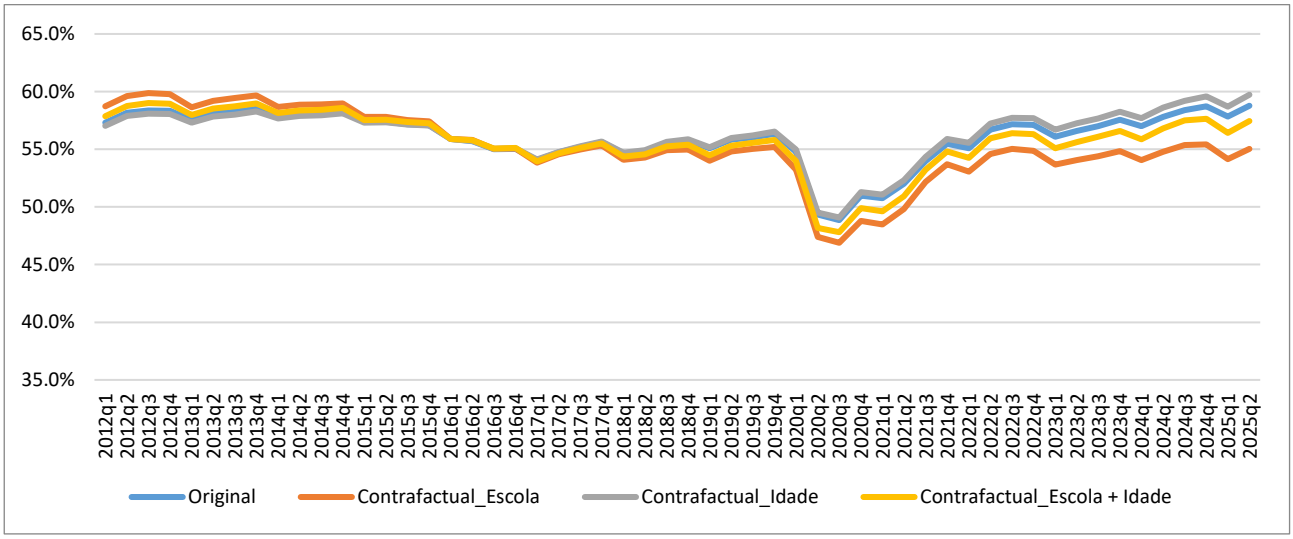
Nesta seção compara-se o nível de ocupação divulgado pelo IBGE com os obtidos a partir dos vários contrafactuais definidos anteriormente. A Figura 7 apresenta os resultados da análise.

Os achados desta subseção, que compara o nível de ocupação original com os cenários contrafactuais, são bastante semelhantes aos obtidos na análise da taxa de participação. A elevação do nível educacional da população, associada à maior inserção no mercado de trabalho dos indivíduos com

escolaridade mais elevada, desempenhou papel relevante na trajetória recente do nível de ocupação, que atingiu 58,8% no segundo trimestre de 2025. Na ausência deste avanço educacional o nível de ocupação teria sido consideravelmente menor, em torno de 55,0%.

O padrão em "U invertido" da relação entre nível de ocupação e idade explica porque, na ausência do envelhecimento populacional, o nível de ocupação seria superior ao atualmente observado. O contrafactual por idade indica que, no segundo trimestre de 2025, o nível de ocupação alcançaria 59,7%.

Figura 7: Exercício contrafactual do nível de ocupação



Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

A interação entre as duas variáveis, que possibilita uma análise conjunta das duas características estruturais, evidencia que embora o envelhecimento populacional exerça efeito negativo sobre a variação do nível de ocupação, esse efeito foi mais do que compensado pela contribuição positiva da melhoria na composição educacional. Isso se verifica no fato de que o contrafactual obtido dessa interação ainda apresentaria valor inferior ao da taxa originalmente observada.

O controle simultâneo de escolaridade e das mudanças demográficas, evidenciam que o nível de ocupação atual, de 57,5%, permanece inferior ao observado de 58,8%, mostrando, mais uma vez, um mercado de trabalho menos aquecido do que o esperado com base nos dados oficiais.

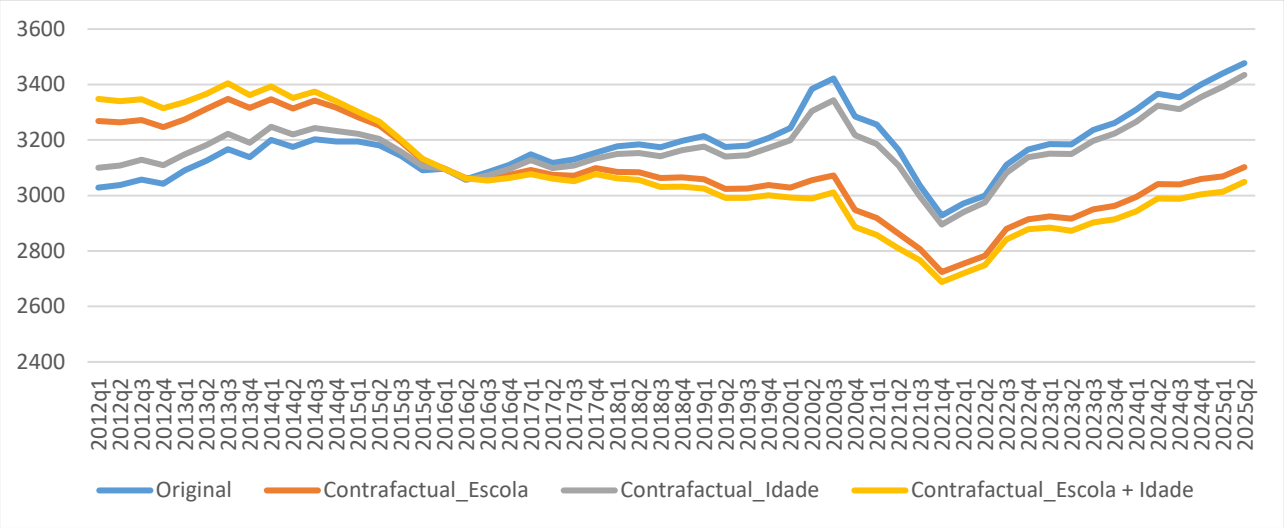
4.4 Exercício Contrafactual do Rendimento

Nesta seção, compara-se a renda real divulgada pelo IBGE com as estimadas a partir dos contrafactuais definidos nas seções anteriores. De acordo com a Figura 8, a melhoria da composição educacional da mão de obra foi fundamental para o aumento da renda observado nos últimos anos. A linha laranja, que simula a renda na ausência desse avanço educacional, indica que o valor atual, no

segundo trimestres de 2025, seria de R$ 3.102, substancialmente inferior ao rendimento divulgado pelo IBGE, de R$ 3.477.

O impacto do envelhecimento populacional sobre a renda é bem menos expressivo que o impacto da escolaridade, mas também contribui para explicar parte da elevação dos rendimentos. A linha cinza, que estima a renda na ausência do envelhecimento populacional, aponta que o valor atual seria de R$ 3.435.

Figura 8: Exercício contrafactual da renda

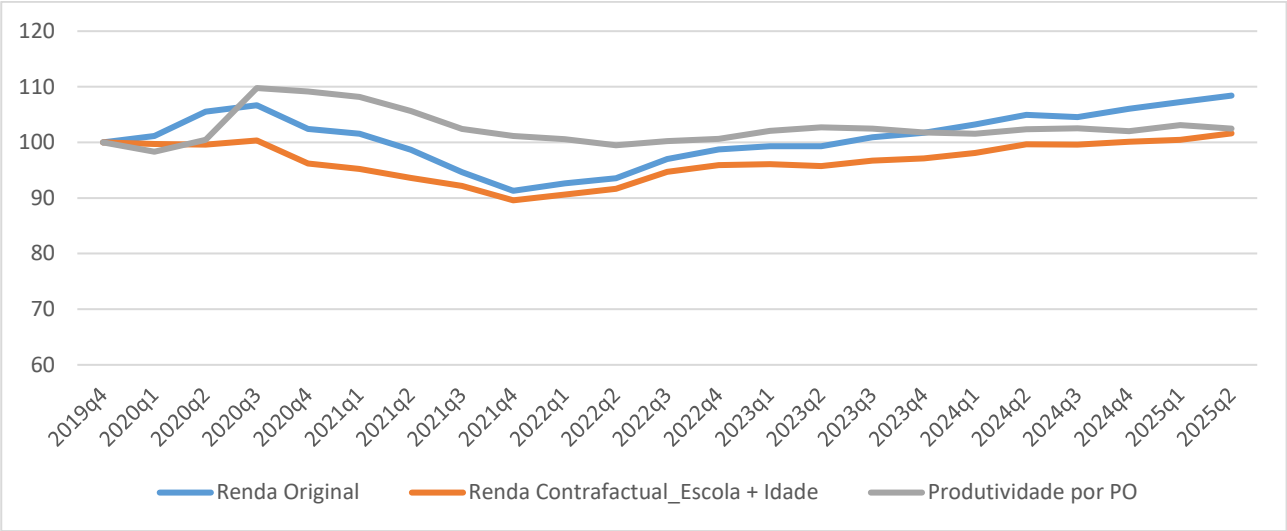


Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua.

Como resultado, o contrafactual obtido a partir da interação entre as duas variáveis indica que, na ausência da melhora educacional e do envelhecimento populacional, a renda deveria ser R$ 3.049. Esse nível de renda é semelhante ao observado no final de 2019, ou seja, o patamar salarial atual estaria próximo ao registrado há pouco mais de cinco anos. Tal resultado reduz de forma significativa a pressão que o mercado de trabalho poderia exercer sobre o setor de serviços e, consequentemente, sobre a dinâmica inflacionária de um mercado de trabalho aquecido.

Adicionalmente, o crescimento dos salários no período em análise seria inferior ao observado. Desde 2019, o crescimento real acumulado da renda foi de 8,4%. Contudo, ao se considerar o contrafactual que mantém constante a estrutura etária e educacional de 2016, o crescimento acumulado seria de apenas 1,6%. Este crescimento da renda contrafactual, que mantém constante a estrutura etária e educacional, é inclusive inferior ao da produtividade do trabalho, tal como exposto na Figura 9.

Figura 9: Rendimento do Trabalho e Produtividade (Número índice 2019.I=100)



Fonte: Elaboração própria com dados das Contas Nacionais e da Pnad Contínua

A Figura 9 mostra que após um salto expressivo no segundo trimestre de 2020, a produtividade do trabalho (pessoal ocupado) desacelerou até 2022. Em 2023, em especial nos dois primeiros trimestres, houve um novo crescimento, mas que não se sustentou nos seguintes. Os dados mostram que o crescimento acumulado da produtividade no segundo trimestre de 2025, em relação ao final de 2019 é de cerca de 2,5%, bem menor que o observado na renda original (8,4%), mas ligeiramente acima do observado no rendimento contrafactual (1,6%).

Este resultado sugere que as pressões exercidas pelo mercado de trabalho sobre a economia, são inferiores às captadas pelos números oficiais, o que ajuda a explicar a menor influência do aquecimento recente do mercado de trabalho sobre a inflação na economia.

5. Considerações Finais

Este estudo realizou exercícios contrafactuais que mantiveram constante a composição da mão de obra em termos de escolaridade e estrutura demográfico em curso no país, aplicados para variáveis centrais para a compreensão do mercado de trabalho: taxa de desemprego, taxa de participação, nível de atividade e rendimento real.

Os exercícios indicam que, ao se controlar os efeitos decorrentes da evolução do binômio educação/demografia, o mercado de trabalho apresentaria desempenho mais modesto. Especificamente, a taxa de desemprego seria um pouco mais elevada, enquanto a taxa de participação e o nível de ocupação seriam inferiores, sinalizando menor dinamismo em termos de quantidade de postos de trabalho. Paralelamente, os rendimentos se manteriam em patamar semelhante ao de cinco anos atrás, com taxa de crescimento real significativamente reduzida.

Nesse cenário, a combinação entre uma menor expansão das quantidades (queda da taxa de desemprego e elevação do nível de atividade) e um menor nível e crescimento do rendimento real,

sugere que as pressões exercidas pelo mercado de trabalho sobre a economia, são inferiores às captadas pelos números oficiais. Adicionalmente, o crescimento da produtividade do trabalho pouco acima da renda real contrafactual contribui para explicar a ainda baixa pressão do mercado de trabalho na economia. O conjunto de exercícios realizados nesta nota ajuda a explicar a menor influência do mercado de trabalho sobre a inflação corrente na economia.

6. Anexo.

Tabela 2: Evolução das Variáveis Oficiais e Contrafactuais

Data	Taxa de Desemprego				Taxa de Participação			
	Original	Contrafactual_Escola	Contrafactual_Idade	Contrafactual_Escola + Idade	Original	Contrafactual_Escola	Contrafactual_Idade	Contrafactual_Escola + Idade
2012q1	8.0%	7.9%	7.6%	7.6%	62.3%	63.8%	61.9%	62.7%
2012q2	7.6%	7.5%	7.3%	7.2%	62.9%	64.5%	62.5%	63.4%
2012q3	7.1%	7.1%	6.9%	6.8%	62.9%	64.4%	62.4%	63.4%
2012q4	6.9%	6.8%	6.7%	6.6%	62.7%	64.2%	62.3%	63.2%
2013q1	8.0%	8.0%	7.8%	7.7%	62.6%	63.7%	62.2%	62.9%
2013q2	7.5%	7.5%	7.3%	7.3%	62.8%	64.0%	62.4%	63.1%
2013q3	7.0%	7.0%	6.9%	6.8%	62.6%	63.9%	62.3%	63.1%
2013q4	6.2%	6.2%	6.1%	6.1%	62.4%	63.6%	62.1%	62.8%
2014q1	7.2%	7.2%	7.1%	7.1%	62.4%	63.2%	62.1%	62.6%
2014q2	6.9%	6.8%	6.8%	6.8%	62.4%	63.2%	62.2%	62.6%
2014q3	6.8%	6.8%	6.8%	6.7%	62.3%	63.2%	62.1%	62.7%
2014q4	6.6%	6.5%	6.5%	6.5%	62.3%	63.1%	62.2%	62.7%
2015q1	8.0%	8.0%	8.0%	7.9%	62.4%	62.8%	62.3%	62.5%
2015q2	8.4%	8.4%	8.4%	8.4%	62.7%	63.1%	62.6%	62.8%
2015q3	9.0%	9.0%	9.0%	9.0%	62.8%	63.2%	62.8%	63.0%
2015q4	9.1%	9.1%	9.1%	9.1%	62.8%	63.1%	62.7%	63.0%
2016q1	11.0%	11.0%	11.0%	11.0%	62.8%	62.8%	62.8%	62.8%
2016q2	11.4%	11.4%	11.5%	11.5%	62.9%	63.0%	62.9%	63.0%
2016q3	11.9%	11.9%	12.0%	12.0%	62.4%	62.5%	62.5%	62.6%
2016q4	12.1%	12.1%	12.3%	12.3%	62.6%	62.7%	62.7%	62.8%
2017q1	13.9%	13.9%	13.9%	14.0%	62.8%	62.5%	62.9%	62.7%
2017q2	13.1%	13.1%	13.2%	13.3%	63.0%	62.8%	63.1%	63.0%
2017q3	12.5%	12.5%	12.7%	12.7%	63.1%	62.9%	63.2%	63.2%
2017q4	11.9%	11.9%	12.1%	12.1%	63.1%	62.9%	63.3%	63.2%
2018q1	13.2%	13.3%	13.4%	13.5%	63.0%	62.4%	63.2%	62.8%
2018q2	12.6%	12.6%	12.8%	12.9%	62.7%	62.1%	62.9%	62.6%
2018q3	12.0%	12.1%	12.3%	12.4%	63.2%	62.5%	63.4%	63.1%
2018q4	11.7%	11.8%	12.0%	12.2%	63.2%	62.4%	63.4%	63.0%
2019q1	12.8%	13.0%	13.2%	13.3%	63.2%	62.1%	63.5%	62.8%
2019q2	12.1%	12.3%	12.4%	12.6%	63.6%	62.5%	63.9%	63.3%
2019q3	11.9%	12.0%	12.2%	12.4%	63.6%	62.6%	64.0%	63.4%
2019q4	11.1%	11.2%	11.5%	11.7%	63.4%	62.2%	63.8%	63.1%
2020q1	12.4%	12.6%	12.8%	13.1%	62.5%	60.9%	63.0%	62.0%
2020q2	13.6%	14.0%	14.3%	14.8%	57.1%	55.0%	57.5%	56.3%
2020q3	14.9%	15.3%	15.5%	16.1%	57.4%	55.3%	57.9%	56.8%
2020q4	14.2%	14.6%	14.7%	15.2%	59.4%	57.1%	60.0%	58.8%
2021q1	14.9%	15.2%	15.6%	16.0%	59.7%	57.2%	60.3%	58.9%
2021q2	14.2%	14.6%	14.8%	15.3%	60.6%	58.3%	61.3%	60.0%
2021q3	12.7%	12.9%	13.1%	13.4%	61.8%	59.9%	62.5%	61.5%
2021q4	11.1%	11.4%	11.5%	11.8%	62.4%	60.6%	63.2%	62.2%
2022q1	11.1%	11.4%	11.5%	11.9%	62.0%	59.9%	62.8%	61.6%
2022q2	9.3%	9.5%	9.7%	9.9%	62.5%	60.3%	63.3%	62.1%
2022q3	8.7%	8.9%	9.1%	9.4%	62.6%	60.4%	63.5%	62.3%
2022q4	7.9%	8.2%	8.4%	8.7%	62.0%	59.8%	62.9%	61.6%
2023q1	8.8%	9.0%	9.3%	9.6%	61.5%	59.0%	62.4%	60.9%
2023q2	8.0%	8.3%	8.5%	8.8%	61.5%	58.9%	62.5%	60.9%
2023q3	7.7%	8.0%	8.2%	8.5%	61.8%	59.1%	62.7%	61.2%
2023q4	7.4%	7.7%	7.9%	8.3%	62.2%	59.4%	63.1%	61.6%
2024q1	7.9%	8.2%	8.5%	8.8%	61.9%	58.9%	62.9%	61.2%
2024q2	6.9%	7.1%	7.4%	7.7%	62.1%	59.0%	63.2%	61.4%
2024q3	6.4%	6.6%	6.8%	7.1%	62.3%	59.3%	63.5%	61.8%
2024q4	6.2%	6.4%	6.7%	7.0%	62.6%	59.2%	63.7%	61.9%
2025q1	7.0%	7.2%	7.6%	7.9%	62.2%	58.3%	63.4%	61.2%
2025q2	5.8%	5.9%	6.3%	6.5%	62.4%	58.5%	63.6%	61.4%

Data	Renda				Nível de Ocupação			
	Original	Contrafactual_Escola	Contrafactual_Idade	Contrafactual_Escola + Idade	Original	Contrafactual_Escola	Contrafactual_Idade	Contrafactual_Escola + Idade
2012q1	3028	3268	3100	3348	57.3%	58.7%	57.0%	57.9%
2012q2	3037	3264	3108	3340	58.2%	59.6%	57.9%	58.7%
2012q3	3057	3271	3129	3347	58.4%	59.9%	58.1%	59.0%
2012q4	3043	3246	3109	3314	58.3%	59.8%	58.1%	58.9%
2013q1	3091	3275	3148	3336	57.5%	58.6%	57.3%	58.0%
2013q2	3125	3313	3182	3366	58.1%	59.2%	57.8%	58.5%
2013q3	3166	3348	3222	3404	58.2%	59.4%	58.0%	58.7%
2013q4	3138	3316	3190	3362	58.5%	59.7%	58.3%	59.0%
2014q1	3201	3346	3248	3393	57.8%	58.7%	57.7%	58.1%
2014q2	3175	3314	3220	3352	58.1%	58.9%	57.9%	58.4%
2014q3	3202	3342	3243	3375	58.1%	58.9%	57.9%	58.4%
2014q4	3195	3317	3233	3340	58.2%	59.0%	58.1%	58.6%
2015q1	3194	3282	3223	3302	57.4%	57.8%	57.3%	57.5%
2015q2	3181	3252	3204	3266	57.4%	57.8%	57.3%	57.6%
2015q3	3142	3193	3158	3201	57.2%	57.5%	57.2%	57.4%
2015q4	3091	3126	3105	3133	57.1%	57.4%	57.1%	57.3%
2016q1	3096	3096	3096	3096	55.9%	55.9%	55.9%	55.9%
2016q2	3059	3063	3055	3061	55.7%	55.8%	55.7%	55.8%
2016q3	3083	3062	3072	3054	55.0%	55.0%	55.0%	55.1%
2016q4	3110	3075	3096	3063	55.0%	55.1%	55.1%	55.1%
2017q1	3149	3092	3127	3077	54.1%	53.8%	54.1%	54.0%
2017q2	3117	3075	3099	3060	54.7%	54.6%	54.8%	54.7%
2017q3	3130	3071	3108	3051	55.2%	55.0%	55.3%	55.1%
2017q4	3154	3099	3134	3077	55.6%	55.3%	55.7%	55.5%
2018q1	3178	3085	3150	3062	54.7%	54.1%	54.7%	54.4%
2018q2	3184	3084	3153	3056	54.9%	54.3%	54.9%	54.6%
2018q3	3173	3063	3141	3031	55.6%	54.9%	55.6%	55.3%
2018q4	3197	3065	3164	3032	55.8%	55.0%	55.9%	55.4%
2019q1	3215	3058	3176	3025	55.1%	54.0%	55.2%	54.5%
2019q2	3175	3024	3141	2991	55.8%	54.8%	56.0%	55.3%
2019q3	3180	3025	3145	2991	56.0%	55.0%	56.2%	55.6%
2019q4	3207	3038	3172	3000	56.4%	55.2%	56.5%	55.8%
2020q1	3243	3029	3199	2992	54.8%	53.2%	55.0%	54.0%
2020q2	3384	3055	3305	2989	49.4%	47.4%	49.5%	48.2%
2020q3	3421	3072	3343	3011	48.9%	46.9%	49.1%	47.8%
2020q4	3285	2947	3218	2886	51.0%	48.8%	51.3%	49.9%
2021q1	3256	2919	3185	2858	50.8%	48.5%	51.1%	49.6%
2021q2	3164	2862	3108	2809	52.0%	49.8%	52.3%	50.9%
2021q3	3036	2807	2996	2766	54.0%	52.2%	54.4%	53.2%
2021q4	2928	2724	2895	2688	55.5%	53.7%	55.9%	54.8%
2022q1	2971	2754	2940	2719	55.1%	53.1%	55.6%	54.3%
2022q2	3000	2782	2975	2749	56.7%	54.6%	57.2%	56.0%
2022q3	3110	2880	3082	2842	57.2%	55.0%	57.7%	56.4%
2022q4	3166	2914	3138	2879	57.1%	54.9%	57.7%	56.3%
2023q1	3185	2924	3151	2884	56.1%	53.7%	56.7%	55.1%
2023q2	3184	2916	3149	2873	56.6%	54.1%	57.2%	55.6%
2023q3	3237	2950	3197	2902	57.0%	54.4%	57.7%	56.1%
2023q4	3262	2963	3223	2914	57.6%	54.8%	58.3%	56.6%
2024q1	3310	2995	3267	2943	57.0%	54.1%	57.7%	55.9%
2024q2	3367	3041	3324	2990	57.8%	54.8%	58.6%	56.8%
2024q3	3354	3039	3311	2989	58.4%	55.4%	59.2%	57.5%
2024q4	3400	3060	3354	3004	58.7%	55.4%	59.6%	57.6%
2025q1	3440	3069	3391	3014	57.8%	54.1%	58.7%	56.4%
2025q2	3477	3102	3435	3049	58.8%	55.0%	59.7%	57.5%

Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua